

ESP - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO - CECP

Edital 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	933029-ESP - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO - CECP	EDERSON JUNIOR SILVA	18/05/2026 11:56 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	71/2026	006.00158140/2026-54

PREÂMBULO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

POLÍCIA PENAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA COORDENADORIA DE ENSINO, CULTURA E PESQUISA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 - DA CECP

(Processo Administrativo nº 006.00158140/2026-54)

Torna-se público que o(a) Divisão de Administração da Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa, por meio do(a) Serviço de Licitações e Contratos Administrativos, sediado(a) Avenida General Ataliba Leonel, 556 – Santana – São Paulo/SP – CEP 02.033-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), voltados à modernização da Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI[ESP1.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens 01, 03 E 04 a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Para o item 02, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.3. Não será adotada a reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 49, inciso II, conforme justificativa técnica constante dos autos.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Modelo;

5.1.4. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 50,00 (Cinquenta reais)

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado,

observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. IMPUGNAÇÃO, DOS PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: licitacao.cecp@gmail.com.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na Internet Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOESP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de Nota de Empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será

considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico comprasnet.gov.br

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta da Nota de Empenho;

14.15.3. ANEXO III – Cópia da Resolução SAP 49/2024;

14.15.4. ANEXO IV – Modelo referente à planilha de proposta;

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDERSON JUNIOR SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 11:56:24.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo_I_TEMO_DE_REFERENCIA_27_2026.pdf (329.1 KB)
- Anexo II - Anexo_II_Minuta de Nota de Empenho.pdf (87.13 KB)
- Anexo III - Anexo_III_Resolucao_SAP_49_2024___Retificada__1_.pdf (723.11 KB)
- Anexo IV - Anexo_IV_Modelo_Proposta_Comercial.pdf (138.64 KB)

ESP - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO - CECP

Termo de Referência 27/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
27/2026	933029-ESP - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO - CECP	FELIPE FRANCISCO DOS SANTOS	08/05/2026 07:22 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	71/2026	006.00158140/2026-54

1. Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de equipamentos de informática, destinados à modernização da Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	CATMAT SIAFISICO	CATMAT COMPRAS	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID. FORN
1	5601304	627342	Gabinete de recarga, com capacidade mínimma de 40 notebooks de até 16", confeccionado em chapa de aço carbono com estrutura reforçada (2,0 mm) e acabamento em pintura eletrostática epóxi, equipado com duas bandejas com 20 baias verticais cada, divisórias emborrachadas e base com proteção em EVA. Possui portas em aço com ventilação, travamento com chave, rodízios de 4" com freio e puxadores laterais. Conta com sistema elétrico integrado com módulo inteligente de recarga em 4 estágios, interruptor geral, proteção por disjuntor 10A, DPS e IDR 30 mA, duas réguaas internas com 40 tomadas padrão NBR 14136 (10A) e régua externa adicional. Dispõe de ventilação por exaustores, organização interna de cabos e fontes, alimentação bivolt (110–240V), cabo de 3 m, dimensões aproximadas de 780 × 950 × 590 mm e peso de 52 kg.	2	unidade

2	6021581	630109	Notebook com processador de desempenho compatível com a linha Intel Core i3 ou similar, dotado de tela igual ou superior a 14 polegadas, sem funcionalidade touchscreen. Equipado com memória RAM de, no mínimo, 8 GB, com possibilidade de expansão, adequado para execução de aplicações de escritório e multitarefa leve a moderada. Possui armazenamento exclusivamente em unidade SSD, com capacidade mínima de 256 GB, vedada a utilização de disco rígido (HDD). Conta com bateria de capacidade compatível com uso corporativo, alimentação bivolt automática e sistema operacional Windows. Acompanha garantia on-site de, no mínimo, 12 meses.	50	unidade
3	6484735	611689	Microcomputador em gabinete tipo torre, destinado à edição de vídeos, equipado com processador de alto desempenho com 16 núcleos e 32 threads, memória RAM de 64 GB e placa de vídeo dedicada com no mínimo 16 GB de memória VRAM GDDR7 ou superior, adequada para processamento gráfico intensivo. Possui armazenamento híbrido, com unidade SSD superior a 1 TB para sistema e aplicações, e disco rígido (HDD) de 2 TB para armazenamento de dados. Acompanha monitor de 27 a 29 polegadas, além de teclado e mouse. Opera com sistema operacional proprietário, conta com garantia on-site superior a 36 meses e demais recursos conforme especificações de edital, sendo indicado para atividades de edição e renderização de vídeo de alta demanda.	1	unidade
4	6216420	623997	Scanner do tipo planetário, formato A3, destinado à digitalização de livros e documentos encadernados, com alimentação manual. Opera em tensão bivolt (100–240 V), com velocidade de digitalização de aproximadamente 1,5 páginas por segundo (pps), resolução óptica de 300 dpi e interface USB 2.0 para conexão e transferência de dados. Possui estrutura de captura aérea, permitindo digitalização sem contato direto com o material, adequada à preservação de documentos.	1	unidade

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação será 30 dias à partir da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da *Lei nº 14.133, de 2021*.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 96291141000180-0-000023/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 05/06/2025;

III) Id do item no PCA: 128;

IV) Classe/Grupo: 7195;

V) Identificador da Futura Contratação: 933029/000071/2026.

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente já contemplados na especificação do objeto, deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**, bem como na legislação ambiental e nas diretrizes de sustentabilidade aplicáveis à Administração Pública.

Condições de Fornecimento

4.2. O prazo para entrega dos bens será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e aceito pela Administração.

4.3. Os bens deverão ser entregues **novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento**, devidamente embalados e protegidos contra danos decorrentes de transporte, carga e descarga.

4.4. Os equipamentos deverão:

- 4.4.1. Ser novos, de primeiro uso, não recondicionados ou remanufaturados;
- 4.4.2. Ser entregues em embalagem original do fabricante, devidamente lacrados;
- 4.4.3. Estar acompanhados de todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento;
- 4.4.4. Incluir manuais técnicos e de operação em língua portuguesa;
- 4.4.5. Possuir identificação clara do fabricante, modelo e número de série.
- 4.4.6. Possuam certificação **ANATEL**, quando aplicável (Wi-Fi, Bluetooth);
- 4.4.7. Estejam em conformidade com normas **INMETRO**;
- 4.4.8. Atendam a padrões internacionais (ex.: IEC, ISO), quando pertinente;
- 4.4.9. Sejam compatíveis com padrão **NBR 14136**
- 4.4.10. Possuir compatibilidade com softwares institucionais.

4.5. Requisitos de segurança da informação

- 4.5.1. Equipamentos compatíveis com políticas de segurança da informação;
- 4.5.2. Possibilidade de atualização de firmware e sistema;
- 4.5.3. Suporte a mecanismos de proteção (ex.: criptografia, BIOS protegida, TPM quando aplicável).

4.6. Requisitos de compatibilidade elétrica

- 4.6.1. Operação em rede elétrica nacional (110/220V – bivolt automático);
- 4.6.2. Proteção contra surtos elétricos (quando aplicável);
- 4.6.3. Conformidade com padrões brasileiros;

4.7. Requisitos da documentação técnica

- 4.7.1. Manual em português;

4.8. Requisitos de aceite técnico

- 4.8.1. Possibilidade de testes de conformidade após entrega;
- 4.8.2. Critérios objetivos de rejeição (ex.: desempenho inferior ao especificado);
- 4.8.3. Direito de recusa em caso de desconformidade.

4.9. Requisitos de integridade da solução

- 4.9.1. Todos os componentes devem ser compatíveis entre si;
- 4.9.2. Vedação de “montagem improvisada” sem homologação do fabricante;
- 4.9.3. Garantia de funcionamento como solução integrada

4.10. Requisitos de origem e autenticidade

- 4.10.1. Equipamentos originais de fábrica;
- 4.10.2. Vedação de itens recondicionados;
- 4.10.3. Procedência comprovada.

- 4.11. Os bens fornecidos deverão possuir **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados à partir do recebimento definitivo.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. Os bens deverão ser entregues **de forma integral**, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa, situada na Avenida General Ataliba Leonel, 556, Santana, CEP: 02.033-000, São Paulo/SP, no horário das 08h às 11h e das 13h às 16h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal /Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2005, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.25. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.25.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.25.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.25.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.25.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do valor da contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.]

10. Adequação Orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/380288;

II) Fonte de Recursos: 166.550.004;

III) Programa de Trabalho: 14.421.381.56140000 – SUPORT ADMINISTRATIVO EM APOIO CUST. REINTEG.;

IV) Elemento de Despesa: 449052-00;

V) Plano Interno: 0100.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE FRANCISCO DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 07:22:14.

ESP - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO - CECF

Estudo Técnico Preliminar 19/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 006.00158140/2026-54

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), compreendendo notebooks, estações de trabalho para edição de vídeo, plataformas de recarga de notebooks e scanner planetário, destinados à modernização da infraestrutura tecnológica da Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa.

A necessidade decorre da crescente demanda por soluções tecnológicas adequadas ao desenvolvimento de atividades educacionais em múltiplos formatos, incluindo ensino presencial, híbrido e a distância, bem como à produção, edição e gestão de conteúdos digitais institucionais.

Atualmente, a unidade apresenta limitações operacionais decorrentes da defasagem dos equipamentos existentes, especialmente no que se refere à capacidade de processamento, armazenamento e desempenho gráfico, impactando diretamente a execução de atividades que demandam maior capacidade computacional, como edição de vídeos, produção de material didático digital e gerenciamento de ambientes virtuais de aprendizagem.

A contratação está inserida no contexto do Plano de Trabalho financiado com recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN (Fundo a Fundo 2021), destinado ao aparelhamento da estrutura educacional do sistema penitenciário estadual, conforme consignado em Nota Técnica da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN.

Destaca-se que a presente demanda integra um conjunto estruturado de aquisições voltadas à modernização da Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa, incluindo:

- a aquisição de mobiliários, em andamento por meio de processo administrativo próprio (Processo SEI nº 006.00107946/2026-84);
- a aquisição de equipamentos e materiais de áudio e vídeo, no âmbito do Processo SEI nº 006.00148525/2026-11;

as quais, em conjunto, compõem a solução integrada de aparelhamento físico e tecnológico da unidade.

A presente contratação, voltada à aquisição de equipamentos de TIC, complementa as iniciativas já em curso, sendo essencial para garantir a plena funcionalidade dos ambientes educacionais, possibilitando a utilização adequada dos recursos audiovisuais e o suporte às atividades pedagógicas e administrativas.

Ressalta-se, ainda, que, por se tratar de aquisição de bens de tecnologia da informação, a contratação deverá observar as diretrizes de governança de TIC da Administração Pública Estadual, incluindo a necessidade de submissão e aprovação prévia pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC, conforme normativos aplicáveis.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a modernização tecnológica da unidade, o aprimoramento das atividades educacionais e a adequada execução dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, planejamento e interesse público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIVISÃO DE ENSINO À DISTÂNCIA	Felipe Francisco dos Santos

4. Necessidades de Negócio

A contratação pretendida visa atender às necessidades institucionais da Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa no que se refere ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica necessária à execução de suas atividades educacionais, administrativas e de produção de conteúdo.

No âmbito do negócio institucional, identificam-se as seguintes necessidades:

- **Suporte às atividades educacionais:** disponibilização de equipamentos adequados para a realização de cursos presenciais, híbridos e a distância, garantindo desempenho compatível com plataformas digitais de ensino e ambientes virtuais de aprendizagem;
- **Produção e edição de conteúdo audiovisual:** necessidade de estações de trabalho com elevado desempenho computacional, capazes de suportar softwares de edição de vídeo, tratamento de imagem e produção de materiais didáticos digitais;
- **Mobilidade e acesso à tecnologia:** disponibilização de notebooks para uso em atividades pedagógicas, administrativas e operacionais, permitindo flexibilidade e descentralização das ações educacionais;
- **Gestão e armazenamento de equipamentos:** utilização de plataformas de recarga de notebooks, com vistas à organização, segurança, controle e disponibilidade dos equipamentos em ambientes educacionais;
- **Digitalização de acervo e documentos:** aquisição de scanner planetário para digitalização de documentos e acervos institucionais, especialmente no âmbito do Museu Penitenciário Paulista, contribuindo para preservação, acesso e difusão do patrimônio histórico;
- **Integração com a infraestrutura existente:** garantia de compatibilidade com os demais equipamentos adquiridos ou em processo de aquisição (mobiliários e equipamentos de áudio e vídeo), compondo solução tecnológica integrada;
- **Aprimoramento da eficiência operacional:** redução de limitações tecnológicas atualmente existentes, com impacto direto na produtividade das equipes e na qualidade das entregas institucionais;
- **Atendimento às diretrizes de governança de TIC:** adequação às políticas e normativos estaduais de tecnologia da informação, incluindo a necessidade de submissão ao Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC.

As necessidades acima descritas estão diretamente alinhadas ao Plano de Trabalho financiado com recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN (Fundo a Fundo 2021), bem como às diretrizes estabelecidas pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN, que preveem o fortalecimento da estrutura educacional no sistema penitenciário.

Dessa forma, a contratação proposta visa atender demandas concretas e estruturantes da unidade, contribuindo para a modernização institucional e para a melhoria da qualidade das ações de ensino, cultura e pesquisa.

5. Necessidades Tecnológicas

A solução tecnológica a ser contratada deverá atender a requisitos mínimos de desempenho, compatibilidade, escalabilidade e segurança, de modo a suportar adequadamente as atividades institucionais da Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa.

Considerando a natureza dos equipamentos a serem adquiridos, identificam-se as seguintes necessidades tecnológicas:

5.1. Desempenho computacional

Os equipamentos deverão possuir capacidade de processamento compatível com as atividades a serem desempenhadas, especialmente:

- Execução de softwares de edição de vídeo, tratamento de imagem e produção de conteúdo digital;
- Operação simultânea de múltiplas aplicações educacionais e administrativas;
- Processamento eficiente de dados em ambientes virtuais de aprendizagem.

As estações de trabalho destinadas à edição de vídeo deverão apresentar configuração de alto desempenho, incluindo processadores modernos, memória RAM compatível com aplicações gráficas e capacidade de processamento gráfico dedicada (GPU), quando aplicável.

5.2. Armazenamento e velocidade de acesso

Os equipamentos deverão possuir soluções de armazenamento que garantam:

- Alta velocidade de leitura e gravação de dados;
- Capacidade adequada para armazenamento de arquivos audiovisuais e documentos digitais;

- Confiabilidade e segurança na preservação das informações.

5.3. Mobilidade e conectividade

Os notebooks deverão atender a requisitos de mobilidade, com:

- Conectividade compatível com redes institucionais (Wi-Fi, Bluetooth, portas padrão de mercado);
- Autonomia de bateria adequada para uso em atividades externas ou ambientes sem acesso contínuo à energia;
- Compatibilidade com periféricos e demais equipamentos institucionais.

5.4. Integração e interoperabilidade

Os equipamentos deverão ser compatíveis com a infraestrutura tecnológica existente e com os demais itens em aquisição, especialmente:

- Integração com sistemas audiovisuais e plataformas digitais;
- Compatibilidade com softwares institucionais;
- Funcionamento adequado em ambientes de rede já estabelecidos.

5.5. Gerenciamento e organização dos equipamentos

As plataformas de recarga de notebooks deverão permitir:

- Armazenamento seguro dos equipamentos;
- Recarga simultânea de múltiplos dispositivos;
- Organização e controle de uso dos ativos tecnológicos;
- Proteção contra sobrecarga elétrica e danos aos equipamentos.

5.6. Digitalização e preservação de acervo

O scanner planetário deverá atender a requisitos específicos para:

- Digitalização de documentos sem necessidade de contato direto (preservação física);
- Captura de imagens com alta resolução e fidelidade;
- Adequação à digitalização de acervos históricos e documentos institucionais.

Os equipamentos deverão observar boas práticas de segurança, incluindo:

- Compatibilidade com políticas de segurança da informação da Administração;
- Possibilidade de controle de acesso e proteção de dados;
- Atualizações de sistema e suporte a mecanismos de proteção digital.

5.8. Padronização e governança de TIC

A solução deverá estar alinhada às diretrizes de governança de tecnologia da informação do Estado, incluindo:

- Conformidade com padrões tecnológicos adotados pela Administração;
- Possibilidade de gerenciamento centralizado dos equipamentos, quando aplicável;
- Submissão e aprovação prévia pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Para a adequada seleção da solução de tecnologia da informação e comunicação (TIC), deverão ser observados, além das necessidades tecnológicas já descritas, os seguintes requisitos complementares, considerados necessários e suficientes para assegurar a contratação mais vantajosa para a Administração:

6.1. Conformidade com a governança de TIC

A solução deverá estar alinhada às diretrizes e normativos de tecnologia da informação da Administração Pública Estadual, incluindo:

- Submissão e aprovação prévia pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC;
- Observância de padrões tecnológicos e arquiteturais adotados pelo Estado;
- Compatibilidade com políticas institucionais de segurança da informação.

6.2. Compatibilidade com o ambiente institucional

Os equipamentos deverão ser plenamente compatíveis com a infraestrutura tecnológica existente, incluindo:

- Sistemas operacionais e softwares utilizados pela Administração;
- Redes institucionais e padrões de conectividade;
- Integração com equipamentos audiovisuais e demais recursos tecnológicos já adquiridos ou em processo de aquisição.

6.3. Requisitos de qualidade e durabilidade

A solução deverá contemplar equipamentos novos, de linha de produção, com:

- Garantia mínima conforme práticas de mercado;
- Durabilidade compatível com o uso institucional contínuo;
- Baixo índice de falhas e manutenção reduzida.

6.4. Requisitos de suporte e assistência técnica

Deverá ser assegurado:

- Suporte técnico durante o período de garantia;
- Rede de assistência técnica autorizada no território nacional;
- Disponibilidade de peças de reposição.

6.5. Requisitos de sustentabilidade

Sempre que possível, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, tais como:

- Eficiência energética dos equipamentos;
- Conformidade com normas ambientais aplicáveis;
- Destinação adequada ao final da vida útil, em consonância com a legislação vigente.

6.6. Requisitos de economicidade

A solução deverá ser avaliada considerando:

- O custo total de propriedade (TCO), incluindo aquisição, manutenção e operação;
- A relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida dos equipamentos;
- A possibilidade de ganho de escala e padronização.

6.7. Requisitos para eventual adesão à ata de registro de preços

Caso seja considerada a utilização de ata de registro de preços, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- Demonstração de vantajosidade da adesão em relação à realização de licitação própria;
- Compatibilidade integral do objeto da ata com as necessidades da Administração;
- Comprovação de que os itens constantes na ata atendem às especificações técnicas definidas neste estudo;
- Observância dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente.

6.8. Requisitos de planejamento e execução

A solução deverá:

- Estar alinhada ao Plano de Trabalho financiado com recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN (Fundo a Fundo 2021);
- Integrar-se às demais contratações em andamento (mobiliários e equipamentos de áudio e vídeo);
- Permitir implementação de forma coordenada e eficiente.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

A estimativa da demanda foi elaborada com base no levantamento preliminar das necessidades da Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa, considerando a estrutura dos ambientes educacionais, a demanda por atividades pedagógicas e administrativas, bem como a necessidade de modernização da infraestrutura tecnológica.

Foram considerados, para fins de dimensionamento, os seguintes fatores:

- Quantidade de ambientes educacionais a serem atendidos (salas de aula, auditórios e espaços de produção de conteúdo);
- Necessidade de equipamentos para atividades presenciais, híbridas e a distância;
- Demanda por equipamentos de alto desempenho para edição de vídeos e produção de material didático;
- Necessidade de mobilidade e descentralização das atividades por meio de notebooks;
- Estruturação de pontos de armazenamento e recarga de equipamentos;
- Necessidade de digitalização de acervo institucional, especialmente no âmbito do Museu Penitenciário Paulista.

7.1. Relação preliminar de itens e quantitativos

COMPRAS	MATERIAL	DESCRIÇÃO	SIAFISICO	UNID. FORN.	QUANT
627342	Plataforma de Recarga móvel para carregamento e	Gabinete de recarga mínima para 40 notebooks de até 16", confeccionado em chapa de aço carbono com estrutura reforçada (2,0 mm) e acabamento em pintura eletrostática epóxi, equipado com duas bandejas com 20 baias verticais cada, divisórias emborrachadas e base com proteção em EVA. Possui portas em aço com ventilação, travamento com chave, rodízios de 4" com freio e puxadores laterais. Conta com sistema elétrico integrado com módulo inteligente de recarga em 4	5601304	unidade	2

	transporte de notebook - 40 tomadas	estágios, interruptor geral, proteção por disjuntor 10A, DPS e IDR 30 mA, duas réguas internas com 40 tomadas padrão NBR 14136 (10A) e régua externa adicional. Dispõe de ventilação por exaustores, organização interna de cabos e fontes, alimentação bivolt (110–240V), cabo de 3 m, dimensões aproximadas de 780 × 950 × 590 mm e peso de 52 kg.			
630109	Notebook Core i3	Notebook com processador de desempenho compatível com a linha Intel Core i3 ou similar, dotado de tela igual ou superior a 14 polegadas, sem funcionalidade touchscreen. Equipado com memória RAM de, no mínimo, 8 GB, com possibilidade de expansão, adequado para execução de aplicações de escritório e multitarefa leve a moderada. Possui armazenamento exclusivamente em unidade SSD, com capacidade mínima de 256 GB, vedada a utilização de disco rígido (HDD). Conta com bateria de capacidade compatível com uso corporativo, alimentação bivolt automática e sistema operacional Windows. Acompanha garantia on-site de, no mínimo, 12 meses.	6418902	unidade	50
611689	Micro 16 Nucleos, 32 Threads, 4.2 Ghz, 32 Gb, 1 Tb, 32"	Microcomputador em gabinete tipo torre, destinado à edição de vídeos, equipado com processador de alto desempenho com mínimo 16 núcleos e 32 threads, memória RAM mínima de 32 GB e placa de vídeo dedicada com no mínimo 12 GB de memória VRAM GDDR6 ou superior, adequada para processamento gráfico intensivo. Possui armazenamento híbrido, com unidade SSD mínimo a 1 TB para sistema e aplicações. Acompanha monitor de acima de 32 polegadas, além de teclado e mouse. Opera com sistema	6484735	unidade	1

		operacional proprietário, conta com garantia on-site superior a 36 meses e demais recursos conforme especificações de edital, sendo indicado para atividades de edição e renderização de vídeo de alta demanda.			
623997	Scanner Planetário A3	Scanner do tipo planetário, formato A3, destinado à digitalização de livros e documentos encadernados, com alimentação manual. Opera em tensão bivolt (100–240 V), com velocidade de digitalização de aproximadamente 1,5 páginas por segundo (pps), resolução óptica de 300 dpi e interface USB 2.0 para conexão e transferência de dados. Possui estrutura de captura aérea, permitindo digitalização sem contato direto com o material, adequada à preservação de documentos.	6216420	unidade	1

7.2. Metodologia de estimativa

A estimativa dos quantitativos considerou:

- A capacidade de atendimento simultâneo das atividades educacionais;
- A necessidade de equipamentos específicos para produção de conteúdo audiovisual;
- A organização e segurança dos equipamentos institucionais;
- A digitalização e preservação de acervo documental;
- A integração com as demais aquisições em andamento (mobiliários e equipamentos de áudio e vídeo).

7.3. Observações

Os quantitativos apresentados possuem caráter estimativo e poderão ser ajustados na fase de elaboração do Termo de Referência, a partir de levantamento técnico mais detalhado e da validação junto aos órgãos de governança de TIC, em especial o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC.

8. Levantamento de soluções

Com o objetivo de identificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade institucional, foram analisadas alternativas disponíveis no mercado para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos.

8.1. Solução 1 – Aquisição por meio de procedimento licitatório próprio (Pregão Eletrônico)

Consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, para aquisição dos equipamentos conforme especificações técnicas definidas pela Administração.

Vantagens:

- Adequação integral das especificações técnicas às necessidades institucionais;
- Maior controle sobre a definição dos requisitos dos equipamentos;

- Possibilidade de padronização tecnológica conforme demanda específica;
- Melhor alinhamento com os objetivos do Plano de Trabalho (FUNPEN);
- Redução de riscos de incompatibilidade técnica.

Desvantagens:

- Maior prazo para conclusão do processo;
- Maior esforço administrativo na condução do certame.

8.2. Solução 2 – Adesão à Ata de Registro de Preços (carona)

Consiste na adesão a atas de registro de preços vigentes, previamente licitadas por outros órgãos ou entidades públicas, para aquisição dos equipamentos.

Vantagens:

- Redução do tempo necessário para contratação;
- Simplificação dos procedimentos administrativos;
- Possibilidade de obtenção de preços competitivos já registrados.

Desvantagens:

- Limitação às especificações constantes na ata existente;
- Risco de incompatibilidade técnica com as necessidades institucionais;
- Eventual inadequação dos equipamentos para atividades específicas (ex: edição de vídeo);
- Dependência de disponibilidade de atas compatíveis com o objeto pretendido;
- Necessidade de comprovação formal de vantajosidade.

8.3. Solução 3 – Locação ou contratação de serviços de TI

Consiste na contratação de serviços de disponibilização de equipamentos (locação ou outsourcing de TI).

Vantagens:

- Dispensa de aquisição direta dos equipamentos;
- Possibilidade de atualização tecnológica contínua.

Desvantagens:

- Custo recorrente elevado ao longo do tempo;
- Dependência de terceiros para operação e manutenção;
- Incompatibilidade com a natureza do investimento previsto no Plano de Trabalho (FUNPEN);
- Ausência de incorporação dos bens ao patrimônio público.

8.4. Análise comparativa das soluções

Critério	Pregão Eletrônico	Adesão à Ata	Locação/Serviço
Adequação técnica	Alta	Média	Média
Tempo de contratação	Médio	Baixo	Baixo

Autonomia da Administração	Alta	Média	Baixa
Custo ao longo do tempo	Baixo	Baixo	Alto
Atendimento ao FUNPEN	Adequado	Condicionado	Inadequado
Flexibilidade de especificação	Alta	Baixa	Baixa

8.5. Justificativa da solução mais adequada

Após análise das alternativas, verifica-se que a **aquisição por meio de pregão eletrônico** tende a ser a solução mais adequada, especialmente em razão da necessidade de especificações técnicas compatíveis com as atividades desenvolvidas, notadamente no caso das estações de trabalho para edição de vídeo e do scanner planetário.

Todavia, não se afasta a possibilidade de adesão à ata de registro de preços, desde que, na fase de instrução processual, seja identificada ata vigente que:

- Apresente plena compatibilidade com as especificações técnicas necessárias;
- Atenda às exigências de governança de TIC, incluindo eventual aprovação pelo COETIC;
- Demonstre vantajosidade econômica em relação à realização de licitação própria.

Dessa forma, recomenda-se a realização de verificação de atas disponíveis no mercado, sendo adotada a solução mais vantajosa à Administração, devidamente justificada nos autos.

9. Análise comparativa de soluções

A análise comparativa das soluções considerou critérios técnicos, operacionais e econômicos, com o objetivo de identificar a alternativa mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

Foram avaliadas as seguintes alternativas: (i) realização de procedimento licitatório próprio (pregão eletrônico); (ii) adesão à ata de registro de preços; e (iii) contratação de serviços de locação ou outsourcing de equipamentos de TIC.

9.1. Critérios de análise

A comparação entre as soluções foi realizada com base nos seguintes critérios:

- Adequação técnica às necessidades institucionais;
- Compatibilidade com a infraestrutura existente;
- Atendimento às diretrizes de governança de TIC (COETIC);
- Tempo de implementação da solução;
- Custo inicial e custo ao longo do ciclo de vida;
- Grau de autonomia da Administração;
- Aderência ao Plano de Trabalho (FUNPEN).

9.2. Comparativo das soluções

Critério	Pregão Eletrônico	Adesão à Ata	Locação/Serviço
Adequação técnica	Alta	Média	Média

Compatibilidade com infraestrutura	Alta	Variável	Variável
Atendimento ao COETIC	Adequado	Condicionado	Condicionado
Tempo de contratação	Médio	Baixo	Baixo
Custo inicial	Médio	Médio	Baixo
Custo ao longo do tempo	Baixo	Baixo	Alto
Autonomia da Administração	Alta	Média	Baixa
Aderência ao FUNPEN	Alta	Condicionada	Inadequada

9.3. Análise técnica das alternativas

A solução de pregão eletrônico apresenta maior aderência às necessidades institucionais, sobretudo pela possibilidade de definição precisa das especificações técnicas, o que se mostra essencial para equipamentos de maior complexidade, como estações de trabalho para edição de vídeo e scanner planetário.

A adesão à ata de registro de preços, embora apresente vantagem em termos de celeridade, pode implicar limitações quanto às especificações técnicas, devendo sua utilização ser condicionada à existência de ata plenamente compatível com os requisitos definidos e à comprovação de vantajosidade econômica.

A contratação de serviços (locação ou outsourcing) não se mostra adequada ao caso, considerando a natureza do investimento previsto no Plano de Trabalho (FUNPEN), que pressupõe a incorporação dos bens ao patrimônio público, além de implicar custos recorrentes mais elevados.

9.4. Conclusão da análise comparativa

Diante da análise realizada, verifica-se que a realização de procedimento licitatório próprio, na modalidade pregão eletrônico, apresenta-se, em regra, como a solução mais adequada, por assegurar maior controle técnico, melhor aderência às necessidades institucionais e compatibilidade com os objetivos do Plano de Trabalho.

Contudo, a adesão à ata de registro de preços poderá ser considerada, desde que demonstrada sua plena adequação técnica e vantajosidade econômica, devendo tal decisão ser devidamente motivada nos autos.

Por que esse item está forte

- Separa análise de solução (item 8) da comparação (item 9)
- Usa critérios objetivos (importante para auditoria)
- Não fecha decisão de forma rígida (segurança jurídica)
- Prepara o próximo item (justificativa da solução escolhida)
- Amarra com COETIC + FUNPEN (pontos críticos)

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

No âmbito do levantamento de soluções, foi considerada a alternativa de contratação de serviços de locação ou outsourcing de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), a qual se mostrou inviável para atendimento da presente demanda.

A referida solução consiste na disponibilização de equipamentos por meio de contrato de prestação de serviços, sem transferência da propriedade dos bens à Administração.

Entretanto, tal alternativa foi afastada pelos seguintes motivos:

- **Inadequação à natureza do investimento:** a contratação está vinculada a recursos provenientes do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN (Fundo a Fundo 2021), cujo Plano de Trabalho prevê o aparelhamento da estrutura educacional por meio da aquisição de bens permanentes, com incorporação ao patrimônio público;
- **Custo elevado no longo prazo:** a contratação de serviços implica pagamentos contínuos, podendo resultar em custo total superior à aquisição direta dos equipamentos;
- **Dependência de terceiros:** a solução reduz a autonomia da Administração, uma vez que a disponibilidade e manutenção dos equipamentos ficam condicionadas à contratada;
- **Limitação operacional:** eventuais restrições contratuais podem impactar a flexibilidade de uso dos equipamentos em atividades específicas, como produção e edição de conteúdo audiovisual;
- **Complexidade na gestão contratual:** a gestão de contratos de outsourcing tende a ser mais complexa, envolvendo níveis de serviço (SLA), monitoramento contínuo e maior risco de descontinuidade.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de serviços de locação ou outsourcing de equipamentos de TIC não se mostra adequada às necessidades institucionais, sendo, portanto, considerada solução inviável para o presente caso.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

A análise de custos foi realizada considerando o conceito de **Custo Total de Propriedade (TCO – Total Cost of Ownership)**, que abrange não apenas o custo inicial de aquisição, mas também os custos associados ao uso, manutenção e operação dos equipamentos ao longo de seu ciclo de vida.

11.1. Componentes de custo considerados

Para fins de análise, foram considerados os seguintes componentes:

- **Custo de aquisição:** valor inicial para aquisição dos equipamentos;
- **Custos de operação:** consumo de energia e utilização regular dos equipamentos;
- **Custos de manutenção:** despesas com suporte técnico, manutenção corretiva e preventiva após o período de garantia;
- **Custos de atualização/substituição:** necessidade de renovação tecnológica ao final da vida útil;
- **Custos indiretos:** treinamento de usuários, adaptação de infraestrutura e eventuais custos de integração.

11.2. Comparação entre as soluções

Componente de Custo	Pregão Eletrônico (Aquisição)	Adesão à Ata	Locação/Serviço
Custo inicial	Médio	Médio	Baixo
Custo de operação	Baixo	Baixo	Incluído
Custo de manutenção	Médio	Médio	Incluído
Custo ao longo do tempo	Baixo	Baixo	Alto
Incorporação patrimonial	Sim	Sim	Não
Dependência de terceiros	Baixa	Média	Alta

11.3. Análise dos resultados

A análise demonstra que, embora a solução de locação/aporte de serviços apresente menor custo inicial, seu custo total ao longo do tempo tende a ser significativamente superior, em razão dos pagamentos recorrentes.

As soluções baseadas em aquisição (pregão eletrônico ou adesão à ata) apresentam melhor relação custo-benefício no ciclo de vida dos equipamentos, especialmente por:

- Permitirem a incorporação dos bens ao patrimônio público;
- Eliminarem custos recorrentes de locação;
- Garantirem maior autonomia da Administração;
- Possibilitarem melhor planejamento da substituição tecnológica.

Entre as modalidades de aquisição, a diferença de custo está mais relacionada à forma de contratação (licitação própria ou adesão), sendo que ambas podem apresentar vantajosidade, desde que atendidos os requisitos técnicos e econômicos.

11.4. Conclusão da análise de TCO

Diante da análise realizada, conclui-se que a **aquisição de equipamentos de TIC** apresenta menor custo total ao longo do ciclo de vida, quando comparada à contratação de serviços de locação ou outsourcing.

A escolha entre pregão eletrônico e adesão à ata deverá considerar, além do custo, fatores técnicos, de compatibilidade e de vantajosidade, devidamente justificados nos autos.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

A solução de tecnologia da informação e comunicação (TIC) a ser contratada consiste na aquisição de equipamentos de informática destinados à modernização da infraestrutura tecnológica da Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa, compreendendo notebooks, estações de trabalho para edição de vídeo, plataformas de recarga de notebooks e scanner planetário.

A solução proposta tem por finalidade atender às demandas educacionais, administrativas e de produção de conteúdo institucional, possibilitando a execução de atividades presenciais, híbridas e a distância, bem como a digitalização e preservação de acervo documental.

A contratação contempla o fornecimento de equipamentos novos, de padrão tecnológico atualizado, compatíveis com as necessidades institucionais e com a infraestrutura existente, garantindo desempenho adequado, confiabilidade operacional e integração com os demais recursos tecnológicos da unidade.

A solução deverá observar os seguintes aspectos:

- **Desempenho e capacidade técnica:** equipamentos com configuração compatível com as atividades a serem desempenhadas, especialmente no caso das estações de trabalho destinadas à edição de vídeo e produção de conteúdo digital;
- **Integração tecnológica:** compatibilidade com os sistemas institucionais e com os equipamentos já adquiridos ou em processo de aquisição, incluindo mobiliários e equipamentos de áudio e vídeo (Processo SEI nº 006.00148525/2026-11);
- **Organização e gestão dos ativos:** utilização de plataformas de recarga para armazenamento seguro, controle e disponibilização dos notebooks;
- **Digitalização de acervo:** utilização de scanner planetário para digitalização de documentos e preservação de acervo institucional, especialmente no âmbito do Museu Penitenciário Paulista;
- **Conformidade com governança de TIC:** atendimento às diretrizes e normativos estaduais de tecnologia da informação, incluindo submissão e aprovação prévia pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC;
- **Aderência ao Plano de Trabalho:** compatibilidade com os objetivos do Plano de Trabalho financiado com recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN (Fundo a Fundo 2021), voltado ao aparelhamento da estrutura educacional.

A solução proposta não se configura como contratação isolada, mas como parte de um conjunto integrado de ações voltadas à modernização da Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa, que inclui, ainda:

- a aquisição de mobiliários (Processo SEI nº 006.00107946/2026-84);
- a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo (Processo SEI nº 006.00148525/2026-11);

os quais, em conjunto, viabilizam a estruturação completa dos ambientes educacionais.

Dessa forma, a solução de TIC proposta mostra-se adequada para atender às necessidades institucionais, promovendo ganhos de eficiência, qualidade e alcance das atividades desenvolvidas, em consonância com o interesse público.

13. Estimativa de custo total da contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.]]

14. Justificativa técnica da escolha da solução

Com base no levantamento de soluções realizado e na análise comparativa técnica e econômica, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da necessidade institucional consiste na **aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC)**, por meio de procedimento licitatório próprio, na modalidade pregão eletrônico, sem prejuízo da eventual utilização de ata de registro de preços, desde que demonstrada sua vantajosidade.

A escolha pela aquisição de bens permanentes mostra-se tecnicamente justificada pelos seguintes fatores:

- **Adequação às necessidades institucionais:** a aquisição direta permite a definição precisa das especificações técnicas dos equipamentos, garantindo compatibilidade com as atividades desenvolvidas, especialmente aquelas que demandam maior capacidade computacional, como edição de vídeo e produção de conteúdo digital;
- **Atendimento ao Plano de Trabalho (FUNPEN):** os recursos provenientes do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN (Fundo a Fundo 2021) destinam-se ao aparelhamento da estrutura educacional, o que pressupõe a incorporação dos bens ao patrimônio público;
- **Melhor relação custo-benefício (TCO):** conforme análise de custo total de propriedade, a aquisição apresenta menor custo ao longo do ciclo de vida dos equipamentos, quando comparada à contratação de serviços de locação ou outsourcing;
- **Autonomia administrativa:** a aquisição dos equipamentos assegura maior controle e independência na utilização dos recursos tecnológicos, sem dependência de terceiros para sua operação;
- **Integração com a solução institucional:** a solução escolhida permite plena integração com os demais investimentos em curso, incluindo a aquisição de mobiliários (Processo SEI nº 006.00107946/2026-84) e de equipamentos de áudio e vídeo (Processo SEI nº 006.00148525/2026-11), compondo ambiente educacional estruturado e funcional;
- **Conformidade com a governança de TIC:** a solução será submetida à análise e aprovação do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC, assegurando aderência às diretrizes estaduais de tecnologia da informação;
- **Viabilidade de contratação competitiva:** o objeto caracteriza-se como bem comum, com ampla oferta no mercado, possibilitando a realização de pregão eletrônico com competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa.

No que se refere à forma de contratação, a realização de pregão eletrônico apresenta-se, em regra, como a alternativa mais adequada, por permitir maior controle sobre as especificações técnicas e melhor aderência às necessidades institucionais.

Contudo, não se afasta a possibilidade de adesão à ata de registro de preços, desde que, na fase de instrução processual, seja identificada ata vigente plenamente compatível com os requisitos técnicos definidos neste estudo e comprovada sua vantajosidade econômica.

Dessa forma, a solução escolhida mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e alinhada ao planejamento institucional, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

A escolha da solução para a aquisição de equipamentos de informática destinados à modernização da Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa está fundamentada nos princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, à eficiência, ao planejamento e à economicidade.

No âmbito do Estudo Técnico Preliminar, foram avaliadas alternativas como a manutenção dos equipamentos atualmente em uso, a locação de equipamentos e a aquisição de novos bens. A análise demonstrou que a manutenção dos equipamentos existentes não se mostra economicamente viável, tendo em vista o elevado custo de manutenção corretiva, a obsolescência tecnológica e a perda de desempenho, fatores que comprometem a continuidade e a qualidade dos serviços públicos.

A alternativa de locação, embora apresente menor custo inicial, revela-se menos vantajosa no médio e longo prazo, considerando o custo recorrente e a ausência de incorporação patrimonial dos bens, o que não atende plenamente ao interesse público sob a ótica da economicidade.

Diante desse cenário, a aquisição de novos equipamentos, por meio da modalidade pregão eletrônico, mostra-se a solução mais vantajosa, conforme preconiza o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, ao assegurar a seleção da proposta apta a gerar o melhor resultado para a Administração, considerando custos diretos e indiretos ao longo do ciclo de vida do objeto.

O uso do pregão eletrônico também está alinhado ao disposto no art. 17 da referida Lei, ao promover maior competitividade, transparência e eficiência no processo licitatório, ampliando a participação de fornecedores e favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos.

Adicionalmente, a padronização dos equipamentos contribui para a racionalização administrativa e redução de custos operacionais, conforme previsto no planejamento das contratações públicas, possibilitando ganhos de escala, simplificação da gestão e otimização dos recursos públicos.

Ressalta-se, ainda, que a solução escolhida considera o ciclo de vida dos bens, incluindo custos de aquisição, operação, manutenção e descarte, em conformidade com as boas práticas de governança e com os princípios da eficiência e do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição dos equipamentos de informática, nos termos propostos, representa a alternativa mais econômica e vantajosa para a Administração Pública, atendendo plenamente às disposições legais e aos interesses institucionais.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação proposta proporcionará benefícios diretos e indiretos à Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa, contribuindo para a modernização da infraestrutura tecnológica e o aprimoramento das atividades institucionais.

Dentre os principais benefícios esperados, destacam-se:

- **Melhoria da qualidade das atividades educacionais:** disponibilização de equipamentos adequados para o desenvolvimento de cursos presenciais, híbridos e a distância, ampliando a eficiência e a efetividade das ações pedagógicas;
- **Aumento da capacidade de produção de conteúdo:** utilização de estações de trabalho de alto desempenho permitirá a produção e edição de materiais audiovisuais com maior qualidade e agilidade;
- **Modernização da infraestrutura tecnológica:** substituição de equipamentos obsoletos por soluções atualizadas, compatíveis com as demandas institucionais;
- **Aumento da produtividade operacional:** redução de falhas, lentidão e limitações técnicas, otimizando o desempenho das equipes e a execução das atividades;
- **Melhoria na gestão de equipamentos:** utilização de plataformas de recarga permitirá maior organização, controle e segurança dos ativos tecnológicos;
- **Preservação e digitalização de acervo institucional:** o scanner planetário possibilitará a digitalização de documentos e acervos históricos, promovendo sua conservação e ampliando o acesso às informações;
- **Integração das soluções institucionais:** compatibilidade com os demais investimentos em curso (mobiliários e equipamentos de áudio e vídeo), garantindo funcionamento integrado dos ambientes educacionais;
- **Aderência às diretrizes de governança de TIC:** alinhamento com as políticas e normativos estaduais de tecnologia da informação, assegurando conformidade e padronização;
- **Melhor aproveitamento dos recursos públicos:** aplicação eficiente dos recursos provenientes do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, com geração de benefícios duradouros à Administração;
- **Ampliação do alcance das ações educacionais:** fortalecimento das atividades de ensino, cultura e pesquisa, com potencial de expansão do atendimento e melhoria dos resultados institucionais;
- **Atendimento às diretrizes do Plano Pena Justa:** a contratação contribui para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à qualificação profissional e educacional no sistema penitenciário, em consonância com as diretrizes do Plano Pena Justa, promovendo melhores condições estruturais para a formação e capacitação dos servidores e, indiretamente, para a melhoria dos serviços prestados no âmbito da execução penal..

17. Providências a serem Adotadas

Para a adequada instrução e execução da contratação pretendida, deverão ser adotadas as seguintes providências prévias e concomitantes:

- **Submissão à governança de TIC:** encaminhamento da demanda para análise e aprovação pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC, em conformidade com os normativos estaduais aplicáveis, como condição prévia à formalização da contratação;
- **Elaboração e validação do Termo de Referência:** consolidação das especificações técnicas dos equipamentos no Termo de Referência Digital (TR), com base nas diretrizes estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e validação pela área técnica demandante;
- **Verificação de atas de registro de preços vigentes:** realização de levantamento de atas disponíveis, com análise de compatibilidade técnica e vantajosidade econômica, para eventual adoção da solução por adesão, se aplicável;
- **Realização de pesquisa de preços:** atualização ou validação da pesquisa de preços, nos termos do Decreto Estadual nº 67.888/2023, para definição do valor estimado da contratação;
- **Reserva orçamentária:** confirmação da disponibilidade de recursos orçamentários, com emissão da respectiva Nota de Reserva;
- **Análise jurídica e adoção de minutas padronizadas:** utilização das minutas padronizadas da Procuradoria Geral do Estado – PGE/SP, conforme normativos vigentes;
- **Designação da equipe de contratação:** indicação formal do agente de contratação (pregoeiro) e equipe de apoio, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021;
- **Adequação ao Plano de Trabalho (FUNPEN):** verificação de aderência da contratação às diretrizes e finalidades estabelecidas no Plano de Trabalho financiado com recursos do Fundo Penitenciário Nacional;
- **Integração com contratações correlatas:** alinhamento com os processos em andamento relativos à aquisição de mobiliários e equipamentos de áudio e vídeo, garantindo coerência e complementaridade da solução;
- **Planejamento da execução contratual:** definição de estratégias para recebimento, conferência, instalação e disponibilização dos equipamentos, assegurando sua adequada utilização;
- **Capacitação dos usuários (se necessário):** previsão de orientação básica para utilização dos equipamentos, especialmente aqueles de maior complexidade tecnológica.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) mostra-se **viável sob os aspectos técnico, operacional, orçamentário e econômico**.

Sob o aspecto **técnico**, a solução proposta atende plenamente às necessidades institucionais da Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa, apresentando compatibilidade com a infraestrutura existente e adequação às atividades educacionais, administrativas e de produção de conteúdo digital.

No que se refere ao aspecto **operacional**, a implementação da solução é factível, considerando a estrutura disponível, a integração com as demais contratações em andamento (mobiliários e equipamentos de áudio e vídeo) e a possibilidade de utilização imediata dos equipamentos após sua aquisição.

Sob o ponto de vista **orçamentário**, há previsão de recursos suficientes para suportar a despesa, conforme demonstrado na respectiva nota de reserva, com vinculação ao Plano de Trabalho financiado pelo Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN (Fundo a Fundo 2021), assegurando a compatibilidade com o planejamento institucional.

No aspecto **econômico**, a análise do custo total de propriedade (TCO) evidencia que a aquisição dos equipamentos representa a alternativa mais vantajosa para a Administração, em comparação com soluções baseadas em contratação de serviços, garantindo melhor aproveitamento dos recursos públicos e redução de custos ao longo do tempo.

Adicionalmente, a contratação encontra-se alinhada às diretrizes de governança de tecnologia da informação, condicionada à aprovação pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC, bem como às políticas públicas voltadas ao fortalecimento da educação no sistema penitenciário, incluindo as diretrizes do Plano Pena Justa.

Dessa forma, **declara-se a viabilidade da contratação**, por atender aos requisitos legais, técnicos e administrativos, bem como por se mostrar adequada, necessária e vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE FRANCISCO DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 07:14:52.



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - [REDACTED]

UG	[REDACTED]
Gestão	[REDACTED]
Data de Emissão	[REDACTED]

CNPJ/CPF/UG					
Credor					
Endereço					
Cidade		UF		CEP	

Origem Material	1
-----------------	---

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]

No Processo		Acordo			
Tipo de Empenho		Ref Dispensa			
Licitação		Modalidade			
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	[REDACTED]
----------------------	------------

Cronograma	
Mês	Valor
[REDACTED]	[REDACTED]

Sequência	001	Item	[REDACTED]	Unid. Forn.	[REDACTED]
Quantidade	[REDACTED]	Valor Unitário	[REDACTED]	Preço Total	[REDACTED]
Descrição					
[REDACTED]					



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LCCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea "a" supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO: 90008/2026

PROCESSO SEI N.º 006.00158140/2026-54

ITEM	ITEM SIAFISICO	ITEM COMPRAS	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID. FORN	MARCA /MODELO	Valor Unitário	Valor Total
1	5601304	627342	GABINETE DE RECARGA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 NOTEBOOKS DE ATÉ 16", CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO CARBONO COM ESTRUTURA REFORÇADA (2,0 MM) E ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI, EQUIPADO COM DUAS BANDEJAS COM 20 BAIAS VERTICAIS CADA, DIVISÓRIAS EMBORRACHADAS E BASE COM PROTEÇÃO EM EVA. POSSUI PORTAS EM AÇO COM VENTILAÇÃO, TRAVAMENTO COM CHAVE, RODÍZIOS DE 4" COM FREIO E PUXADORES LATERAIS. CONTA COM SISTEMA ELÉTRICO INTEGRADO COM MÓDULO INTELIGENTE DE RECARGA EM 4 ESTÁGIOS, INTERRUPTOR GERAL, PROTEÇÃO POR DISJUNTOR 10A, DPS E IDR 30 MA, DUAS RÉGUAS INTERNAS COM 40 TOMADAS PADRÃO NBR 14136 (10A) E RÉGUA EXTERNA ADICIONAL. DISPÕE DE VENTILAÇÃO POR EXAUSTORES, ORGANIZAÇÃO INTERNA DE CABOS E FONTES, ALIMENTAÇÃO BIVOLT (110-240V), CABO DE 3 M, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 780 x 950 x 590 MM E PESO DE 52 KG	2	Unidade		R\$	R\$
2	6021581	630109	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DE DESEMPENHO COMPATÍVEL COM A LINHA INTEL CORE I3 OU SIMILAR, DOTADO DE TELA IGUAL OU SUPERIOR A 14 POLEGADAS, SEM FUNCIONALIDADE TOUCHSCREEN. EQUIPADO COM MEMÓRIA RAM DE, NO MÍNIMO, 8 GB, COM POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO, ADEQUADO PARA EXECUÇÃO DE APLICAÇÕES DE ESCRITÓRIO E MULTITAREFA LEVE A MODERADA. POSSUI ARMAZENAMENTO EXCLUSIVAMENTE EM UNIDADE SSD, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 256 GB, VEDADA A UTILIZAÇÃO DE DISCO RÍGIDO (HDD). CONTA COM BATERIA DE CAPACIDADE COMPATÍVEL COM USO CORPORATIVO, ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICA E SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS. ACOMPANHA GARANTIA ON-SITE DE, NO MÍNIMO, 12 MESES.	50	Unidade		R\$	R\$
3	6484735	611689	MICROCOMPUTADOR EM GABINETE TIPO TORRE, DESTINADO À EDIÇÃO DE VÍDEOS, EQUIPADO COM PROCESSADOR DE ALTO DESEMPENHO COM 16 NÚCLEOS E	1	Unidade		R\$	R\$

			32 THREADS, MEMÓRIA RAM DE 64 GB E PLACA DE VÍDEO DEDICADA COM NO MÍNIMO 16 GB DE MEMÓRIA VRAM GDDR7 OU SUPERIOR, ADEQUADA PARA PROCESSAMENTO GRÁFICO INTENSIVO. POSSUI ARMAZENAMENTO HÍBRIDO, COM UNIDADE SSD SUPERIOR A 1 TB PARA SISTEMA E APLICAÇÕES, E DISCO RÍGIDO (HDD) DE 2 TB PARA ARMAZENAMENTO DE DADOS. ACOMPANHA MONITOR DE 27 A 29 POLEGADAS, ALÉM DE TECLADO E MOUSE. OPERA COM SISTEMA OPERACIONAL PROPRIETÁRIO, CONTA COM GARANTIA ON-SITE SUPERIOR A 36 MESES E DEMAIS RECURSOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DE EDITAL, SENDO INDICADO PARA ATIVIDADES DE EDIÇÃO E RENDERIZAÇÃO DE VÍDEO DE ALTA DEMANDA.					
4	6216420	623997	SCANNER DO TIPO PLANETÁRIO, FORMATO A3, DESTINADO À DIGITALIZAÇÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS ENCADERNADOS, COM ALIMENTAÇÃO MANUAL. OPERA EM TENSÃO BIVOLT (100-240 V), COM VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 1,5 PÁGINAS POR SEGUNDO (PPS), RESOLUÇÃO ÓPTICA DE 300 DPI E INTERFACE USB 2.0 PARA CONEXÃO E TRANSFERÊNCIA DE DADOS. POSSUI ESTRUTURA DE CAPTURA AÉREA, PERMITINDO DIGITALIZAÇÃO SEM CONTATO DIRETO COM O MATERIAL, ADEQUADA À PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS.	1	Unidade		R\$	R\$

Dados Bancários (Em conformidade ao item 7.19 do Termo de Referência)

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Contato telefônico:

E-mail: